

## Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo

HERVÉ KEMPF

Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2009. 158 p.

---

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva<sup>1</sup>

127

A obra escrita pelo francês Hervé Kempf nos instiga desde o seu título, escrito no imperativo: "Pour Sauver la Planète, Sortez du Capitalisme", traduzido para o português de Portugal como "Para salvar o planeta, *livrem-se do capitalismo,*" nos desperta, em ambas as línguas, para a urgência imperativa da causa, ou seja, evidencia que não há mais tempo para apenas refletirmos e elaborarmos sobre a questão ecológica, é preciso que a humanidade modifique a sociedade.

Hervé Kempf já na introdução de sua obra nos conduz a uma experiência de análise histórica baseada em suas memórias. Nascido no norte da França, na cidade de Amiens no final da década de 1950, relata pertencer a uma geração "realizada" se comparada à geração de seus pais que viveram duas Guerras Mundiais e a pior crise econômica até então, a Grande Depressão de 1929; uma geração que além de enfrentar esses

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, com mestrado em Sociologia pela mesma instituição. É graduada em Ciências Sociais pela UNESP – Campus de Araraquara e Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Realizou Estágio Doutoral junto ao LADYSS - Université Paris X -Nanterre – France e visita técnica junto ao Grupo Ecologia e Sociedade – Universidade de Coimbra – PT. É pós- doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – PE, desde 2013 atua como pesquisadora, ambientalista e produtora cultural no sertão pernambucano. [acborges@outlook.com.br](mailto:acborges@outlook.com.br)



dolorosos processos tiveram que construir uma nova sociedade. Ao contrário de sua geração que desfrutava de uma sociedade capitalista em ascensão, que debruçava-se sobre a invenção de novas tecnologias, algumas fundamentais para o bem-estar da sociedade, mas também diversas outras completamente supérfluas, ao mesmo tempo que se constituía e alimentava esse desenvolvimento por uma forma de vida pautada no individualismo, direcionada, como define a autor, a um “egoísmo sinistro”.

Esta obra é dividida em quatro capítulos: 1. O capitalismo, inventário antes do desaparecimento; 2. A neurose dos mercados; 3 A miragem do crescimento verde e 4. A cooperação ou o despotismo. Ao mesclar sua análise entre suas memórias de vida, onde compara três gerações (a de seus pais, a sua geração e a geração de seus filhos (1980), com seu olhar de jornalista, o qual possui ampla formação em Economia, História e Ciências Políticas, produz uma escrita fluida e envolvente da sua visão sobre a destruição ambiental, enquanto especialista em questões relativas ao ambiente e à ecologia.

Um dos pontos centrais da sua obra é a reflexão de como a humanidade poderá “sair da mecânica destrutiva do capitalismo”, que segundo sua visão será preciso, prioritariamente, desmontar arquétipos culturais e nos desfazer de seus condicionamentos psíquicos. Para o autor, ao contrário do que muitos cientistas defendem, a salvação do planeta não está no desenvolvimento de novas tecnologias, mas em “um novo agenciamento das relações sociais.” Ou seja, “os desafios do momento exigem que se saia da lógica do lucro máximo e individual para a criação de economias cooperativas que visem o respeito dos seres e do meio natural”.

O autor identifica uma mudança no sistema capitalista ocorrida a partir dos anos de 1980, a partir de dois aspectos. O primeiro deles está no



desenvolvimento da tecnologia informática, que desde a máquina de escrever ao surgimento do computador fomentou uma das “revoluções mais fenomenais dos últimos decênios”: o aumento da produtividade devido à “revolução” microinformática. Destaca que a informatização das cadeias técnicas não projetou a economia no imaterial, mas aumentou a quantidade de matérias transformadas pela atividade humana gerando uma massa de resíduos e de poluição derivada da obsolescência dos computadores. Mas também porque a manipulação permitida pelo computador não substituiu a manipulação da matéria, ao contrário, amplia, estimulando a concepção de máquinas mais poderosas. O segundo aspecto está nas relações humanas, Kempf afirma que houve uma exacerbação da ideologia individualista, a qual alimentou a valorização ao extremo do êxito individual em detrimento do bem comum. Todo esse processo ocorre em uma sociedade onde a injustiça social é um dos elementos centrais, pois os recursos existentes escapam a coletividade que os produziram, fazendo-se necessária a elaboração de políticas públicas que visem enfrentar a crise ecológica e reduzir a injustiça social.

Destaca quatro traços que caracterizam o capitalismo atual: o aumento da produtividade, a financeirização da economia, a corrupção epidêmica e um aumento muito pronunciado da desigualdade social a partir dos anos 1980 com a chegada ao poder nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher, quando “os rendimentos mais elevados desligam-se do resto do corpo social e açabarcam uma parte crescente da riqueza coletiva”.

Ao pensar no futuro próximo, o autor descreve uma situação distópica para o mundo em 2050 onde veremos a multiplicação das dificuldades do mundo presente: “haverá, talvez, duas vezes mais ricos, o



que colocará problemas ecológicos consideráveis. Haverá sempre muitos pobres, talvez mais do que hoje, o que significa que o desequilíbrio entre riqueza e pobreza continuará maciço”.

Outro ponto de destaque em sua análise, diz respeito ao aspecto dos códigos culturais da sociedade globalizada, que para ele é tão importante quanto à globalização das mercadorias e das viagens, pois “pouco a pouco, forma-se uma cultura humana unitária, que leva a definir um jogo de referências comuns”. O que traz diversas consequências, sendo uma das principais o fenômeno de rivalidade mimética, onde a finalidade essencial da riqueza não é responder a uma necessidade material, mas assegurar uma “distinção provocante”, ou seja, os indivíduos buscam o consumo irracional para exibir sinais de um estatuto superior aos demais. A descrição dessa lei antropológica torna-se ainda mais relevante no cenário de crise ambiental atual, quando o autor nos explica que os níveis de produção necessários para suprir as necessidades concretas de existência da humanidade são facilmente atingidos e que o problema encontra-se no acréscimo dessa produção que é alavancado pelo desejo que os indivíduos têm de “expor as suas riquezas, a fim de se distinguir-se de outrem”, o que alimenta um consumo ostensivo e um desperdício generalizado.

Nesse sentido, vê-se um cenário de desigualdade estruturado em “uma oligarquia cada vez mais rica e uma classe média suficientemente numerosa e próspera para aspirar aos novos códigos de prestígio”. Um quarto da população compõe o que o autor chama de “classe média dos consumidores”, sendo que quase metade dessa fração da sociedade encontra-se nos países em desenvolvimento.

Com relação ao papel do desenvolvimento do capitalismo mundial, Kempf destaca um processo contraditório, onde os detentores do poder



continuam a promover o crescimento máximo da economia, ignorando os apelos da necessidade de decréscimo, em um mundo que na realidade já está em decréscimo, pois a expansão econômica é tão poluente que a degradação do capital natural prossegue a um ritmo acelerado, onde “todo o aumento de crescimento do produto interno bruto corresponde hoje a um decréscimo das potencialidades de vida na Terra”.

Ao longo do livro, Kempf cita diversas consequências sociais do capitalismo atual, entretanto em sua análise sempre retoma a problemática de uma ética do capitalismo como sendo o fator central da destruição humana e ambiental. Essa ética é focada numa exacerbação do individualismo, tornando-se uma ideologia disseminada pelo mundo por meio de uma consciência pública que deu ao indivíduo uma posição desmensurada no que diz respeito às relações humanas.

Para o autor a superação das desigualdades sociais e da destruição ambiental está na criação de uma sociedade que siga outras regras, que não as do capitalismo, que substitua o lucro pelo bem comum, que, em vez de competir, coopere, que tenha como questão central a ecologia e não a economia. Uma sociedade onde a prevenção da destruição da biosfera seja objetivo da política humana no próximo meio século, onde para a sua realização seja pressuposto a necessidade do decréscimo do consumo material e que isto não pode ser atingido senão pela justiça social.

Para atingir tal objetivo, o autor afirma que é preciso pensar de maneira diferente, inverter o esquema implantado na década de 1980, pautado no individualismo, entendermos que hoje esse individualismo aprisiona e a solidariedade é a única forma de libertar a humanidade. Esta solidariedade pressupõe a partilha e a cooperação não como uma escolha moral, mas uma exigência para a harmonia pessoal e coletiva.



Há urgência em concebermos uma nova sociedade, um regime que ao sairmos do capitalismo transforme a perspectiva catastrófica em oportunidade de futuro. Aponta algumas experiências como sinalizações do caminho que a humanidade pode seguir para atingir tal objetivo, como a economia social e solidária, experimentada em associações, mutualidades e cooperativas. Esta nova organização social, necessita de uma economia que não seja orientada pelo princípio da acumulação primitiva dos recursos, uma economia de mercado, cujo domínio tenha como limite a produção de bens comuns essenciais, que não serão gerados como mercadorias. Nesse sentido sugere que a criação de mercados regulados por certos bens comuns planetários seja uma aposta crucial, pois contraditoriamente à aparência, ela rompe com o capitalismo pelo fato de o bom funcionamento desses mercados depender da eficácia do mecanismo de coordenação, ou seja, do poder público.

Para Kempf algumas questões são fundamentais para o desenvolvimento dessa nova sociedade: em primeiro lugar, é necessário compreender que a luta contra a desigualdade social e o progresso ecológico são fatores integrados, da mesma forma que a necessidade da redução do tempo de trabalho é indissociável da ecologia social, no sentido de que não é preciso produzir mais; do mesmo modo que é preciso dividir de forma igualitária os bens produzidos, também é necessário repartir melhor o trabalho, para que, dessa forma, os cidadãos possam ter tempo para participar de maneira diferente nas deliberações políticas, das atividades de interesse coletivo, dessa forma construiríamos uma outra temporalidade.

Uma sociedade onde “a cultura do jardim planetário” seja cultivada. Nesse sentido, faz necessário substituir a importação de bens pela produção



local, o que incentivaria a reconstituição de esferas de autonomia, onde os indivíduos, as famílias e as comunidades poderiam satisfazer parte de suas necessidades sem recorrer ao mercado. Ao mesmo tempo em que promoveria o retorno do domínio criativo das pessoas sobre as suas próprias vidas, o que diminuiria as frustrações causadas pela cultura do capitalismo.

Por fim, o autor enfatiza que o futuro não está na indústria e nem no desenvolvimento de novas tecnologias, mesmo que estas permaneçam bem presentes, o futuro está na invenção de uma agricultura que respeite o meio ambiente e crie empregos, em uma sociedade onde a cooperação não seja desenvolvida apenas entre os indivíduos e entre os grupos, mas também em escala internacional e até planetária.

Nesse sentido é fundamental que as nações escolham a cooperação ao invés da rivalidade, ou seja, a busca do interesse planetário e a cooperação ao invés da competição.

*Recebido em 07 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020*

